

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE UM PAÍS PERIFÉRICO DA AMÉRICA LATINA: BRASIL

Nilton Marques de Oliveira
Universidade Federal do Tocantins – UFT – niltonmarques@uft.edu.br

João Rafael Rocha Dallabrida
Universidade Federal do Tocantins - UFT – João_dallabrida@hotmail.com

Resumo:

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os indicadores socioeconômicos e do programa Cadastro Único para o Brasil e Regiões entre 2000 e 2010. Os dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A metodologia utilizada foi a análise descritiva de dados. Os principais resultados evidenciaram aumento na renda per capita e redução da concentração de renda no país, tendo o índice de Gini se reduzido de 0,6 para 0,54, e a taxa de mortalidade, de 35%. A população brasileira aumentou 12% e a média de anos de estudos foi de 18,36%. Houve redução das taxas de analfabetismo e da mortalidade infantil em todas as regiões do Brasil. E em relação ao acompanhamento das famílias do Cadastro Único, evidenciou-se aumento no acompanhamento escolar bem como no Programa de Saúde, ampliando a universalização do acesso a essas políticas públicas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico - Indicadores Socioeconômicos - Cadastro Único – Brasil – Pobreza – Desigualdade.

SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT OF BRAZIL, A PERIPHERAL COUNTRY IN LATIN AMERICA

Abstract:

This research aimed to analyze the socioeconomic indicators and the Single Registry program for Brazil and its political regions between 2000 to 2010. Data were collected at the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS (Ministry of Social Development and Hunger Combat), and from the United Nations Development Program-UNDP. The used methodology was descriptive analysis of data. The main results showed an increase per capita income and reduction of income concentration in the country; Gini index was reduced from 0.6 to 0.54 and the mortality rate was reduced in 35%. Brazilian population increased 12% and the average years of schooling increased 18.36%. There was a reduction in the illiteracy rates and infant mortality in all regions of Brazil. Regarding to the monitoring of the families of the Single Registry, an increase in the school support and Health Program was evidenced, expanding the universal access to these public policies.

Keywords: Economic Development - Socioeconomic indicators - Single Registry - Brazil.

JEL: O150; I380; I320

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, desde seu descobrimento, vem sofrendo com as questões sociais e de subdesenvolvimento. Segundo Rizzi *et al.* (2012), o Brasil, a princípio, foi dominado economicamente por ingleses e portugueses, sofrendo exploração desde a extração de matérias-primas até o controle dos principais ramos da economia, perspectiva que, a partir dos anos 2000, começou a ser invertida.

Dallabrida *et al.* (2012) definem o Estado atual, dentro do sistema capitalista, como detentor do papel de fomentador do crescimento econômico, mas que tende a concentrá-lo, tendo o Estado um conjunto de leis e códigos que acabam por privilegiar a classe capitalista.

Deste modo, como o Estado pode fugir deste favorecimento acéfalo sobre o capitalismo? De forma semelhante ao Estado favorecendo o capitalismo, o Estado Brasileiro criou Leis que viessem a distribuir a renda, incentivar os estudos e proteger saúde, como o Decreto Lei nº 7.492, de 02 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil sem Miséria.

Programas sociais visam a alcançar aqueles que mais necessitam e direcionar as políticas públicas a este povo, o povo que é atingido pela pobreza, fugindo assim ao conceito de Estado direcionado ao “Capital”. De tal modo que analisar como estão prosseguindo estes programas e em que nível estão os indicadores socioeconômicos é deverás importante para entender o papel do Estado e sua tentativa de melhorar a qualidade de vida.

Nesta perspectiva, esta pesquisa tem como intuito analisar os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos brasileiros a partir de 2000 e os indicadores de acompanhamento do programa Cadastro Único do Governo Federal para o mesmo período.

Assim, são feitos os seguintes questionamentos: O Brasil está crescendo, mas está se desenvolvendo? E os programas sociais estão atingindo a universalização da população pobre do país?

Isto posto, este trabalho se divide em cinco partes, além desta introdução. Na segunda parte, contextualiza-se o desenvolvimento econômico, na terceira, são

descritos sumariamente os programas sociais e o Cadastro único do Governo Federal. A quarta parte descreve os procedimentos metodológicos, na quinta, são apresentados os principais resultados, resumizando-se com as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CONTEXTO TEÓRICO

O conceito de Desenvolvimento Econômico é muito amplo, permeando variáveis, abordadas de formas diversas por diferentes autores. Para os autores clássicos da Economia, como Adam Smith, e autores da teoria neoliberal, como Solow, desenvolvimento e crescimento econômico são explicados pela mesma variável, bastando apenas um incremento do PIB *per capita* suficiente para ter-se o desenvolvimento.

Segundo Souza (2005), os economistas que igualam crescimento e desenvolvimento consideram que um país é subdesenvolvido quando sua renda aumenta menos do que a dos países desenvolvidos. Isto ocorre mesmo quando os países subdesenvolvidos possuem recursos abundantes que estão disponíveis para uso.

Mas esta definição traz implicações, pois gera concentração de renda e escalonamento socioeconômico. Através disto, questiona-se de que adianta ter um PIB (Produto Interno Bruto) em níveis elevados se um grupo minoritário de pessoas detém a maior parte da riqueza enquanto a maior parte da população se sujeita à menor parte desta mesma riqueza?

Este cenário é bem apresentado no Brasil em 2009, em que, segundo dados do Banco Mundial (2012), os 10% mais ricos da população brasileira detinham 42,9% da produção de toda a riqueza produzida no país; e os 10% mais pobres da população brasileira, ainda de acordo com os dados do Banco Mundial (2012), detinham apenas 0,8% do PIB, para o mesmo ano de 2009.

Em outra linha teórica que busca explicar diferentes conceitos para desenvolvimento econômico, Oliveira (2002), de forma não análoga aos teóricos tradicionais, argumenta que desenvolvimento é crescimento com melhoria de qualidade de vida. E esta qualidade poderia ser melhorada pela educação, saúde, lazer, pelo aumento da renda per capita da população, entre outros.

Na tentativa de associar aumento de produtividade a um dos propulsores do aumento da qualidade de vida, Bresser-Pereira (2008) diz que o desenvolvimento de uma nação transcende um processo de acumulação de capital e aumento da produtividade, aumentando os salários e as condições de vida da população.

Sen (2000), prêmio Nobel de economia em 1998, argumenta que o desenvolvimento econômico se liga ao aumento da capacidade humana e à expansão das melhorias das condições de vida dos indivíduos. A capacidade e a melhoria de vida das pessoas perpassam a ideia de liberdade. Tal liberdade seria encontrada no direito de as pessoas escolherem a vida que querem ter, na execução das atividades em que tiverem interesse. Deste modo, Amartya Sen criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para medir o desenvolvimento das nações.

3. CONSTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PROGRAMAS SOCIAIS DO BRASIL E DO CADASTRO ÚNICO

O Brasil tem, segundo dados do Censo IBGE (2010), uma população de 190.755.799 habitantes e 27 unidades federadas, sendo dividido em cinco regiões - Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste - e um total de 5.565 municípios.

O principal fomentador dos programas sociais do governo brasileiro é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criado em 2004, que tem por objetivo promover a inclusão social, segurança alimentar, assistência integral e renda mínima às famílias que vivem em situação de pobreza (Brasil, 2012).

Através deste ministério, diversos programas sociais vêm sendo implantados, entre eles, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Tal plano tem por objetivo aumentar a renda e o bem-estar da população. Criado pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, tem por destino a população que vive em situação de extrema pobreza, com rendimento per capita até R\$ 70,00 mensais (Brasil, 2011).

Este plano ainda tem por diretrizes, de acordo com Brasil (2011):

I - garantia dos direitos sociais;

II - garantia de acesso aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda;

III - articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de pobreza; e.

IV - atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.

Um dos programas que integram o Plano Brasil Sem Miséria é o programa Bolsa Família. Tal programa, carro chefe das políticas sociais brasileiras, tem por destino a transferência direta de renda para as famílias que vivem em estado de pobreza e de extrema pobreza.

Este programa visa, além da transferência direta, a permitir o acesso da população necessitada às áreas de educação, saúde e assistência social, concomitantemente com a busca pela superação da vulnerabilidade em que tais pessoas vivem.

O governo identifica as famílias que necessitam de auxílio através do Cadastro Único, instrumento identificador que caracteriza as famílias de renda baixa, permitindo saber suas características socioeconômicas. Esse cadastro permite o conhecimento das características do domicílio permanente ou não permanente, o acesso a serviços públicos como educação, saúde e saneamento e o conhecimento dos indivíduos.

Percebe-se assim que o governo se articula de forma extremamente organizada, dividida nas três esferas, em parceria, nacional, estadual e municipal. Deste modo, as políticas de disseminação de benefícios sociais têm tido cada dia mais representatividade nas políticas governamentais.

Diversos trabalhos têm sido feitos para analisar as questões sociais no Brasil. Santos *et al.* (2012) buscaram fazer uma análise dos indicadores socioeconômicos para a unidade federada do Tocantins, situada na região norte do país, comparando-

o com a região em que ele se encontra. Concluíram que o estado tocaninense está à frente se comparado com o agregado da região, tendo um IDH melhor.

Marinho e Façanha (2001) buscaram avaliar os programas sociais, utilizando-se de teorias econômicas, como a dos contratos, utilizando do método DEA (*data envelopment analysis*). Entre as indicações a que chegaram os autores, tem-se que a distribuição dos recursos deve ser seguidamente sujeita a avaliações e que as conclusões sobre a eficiência permeiam o investimento inicial nos programas bem como a boa utilização de tais recursos.

Carvalho (2003) buscou avaliar diversos programas, como o programa de pós-ocupação de conjuntos habitacionais, programa jovem cidadão, meu primeiro trabalho, entre outros. Argumentou ainda que a avaliação das políticas públicas é algo intrínseco aos programas sociais, dada à singularidade de cada um. Demonstrou ainda a dificuldade de analisar os programas por causa da disponibilidade dos bancos de dados não organizados e dos diversos critérios utilizados para agregar estes dados, como a amostragem, por exemplo.

Já Lavinias *et al.* (1996) buscaram mostrar a relação entre as oscilações dos indicadores socioeconômicos no final da década de 80 e durante a década de 90 no Brasil, constatando que houve redução da concentração de renda nacional, destacando-se os resultados de crescimento apresentados pelas Regiões Sudeste, Sul e Norte.

4. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Esta pesquisa tem por base os dados do IBGE, MDS¹, de 2000 a 2010, além de sites, periódicos e livros. A análise foi feita pelo método descritivo. Tornou-se necessário dissertar acerca de desenvolvimento econômico e apresentar uma breve noção dos programas sociais.

Os indicadores utilizados foram População Total, População Censitária, Taxa de Mortalidade Infantil, Taxa de Analfabetismo acima de 10 anos, Analfabetismo por Faixa Etária e Anos de Estudo, Água tratada, Esgoto Sanitário, Coleta de Lixo,

¹ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Renda Domiciliar per Capita, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de famílias no cadastro único do governo, Gênero das pessoas cadastradas, Acompanhamento da Saúde das pessoas cadastradas e Acompanhamento da Educação das pessoas Cadastradas.

5. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados e discutidos os principais resultados dos indicadores socioeconômicos do Brasil e regiões.

5.1. POPULAÇÃO TOTAL, CENSITÁRIA E TAXA DE MORTALIDADE

A população total representa o número total de pessoas residentes em um determinado período de tempo. A Tabela 5.1 apresenta dados sobre a população total por região e sobre o agregado. Nesta Tabela, pode-se perceber que, entre 2000 e 2010, a Região Norte foi a que obteve valores mais expressivos, crescimento de aproximadamente 22%, seguida da região Centro-Oeste com 20%, aproximadamente. A região Sul apresentou o menor índice de crescimento, com cerca de 9%. A média Nacional foi de apenas 12% de crescimento.

Tabela 5.1 - População Total no Brasil e Regiões – 2000 e 2010

Local	2000	2010
	População Total	População Total
Centro-Oeste	11.636.728	14.058.094
Nordeste	47.741.711	53.081.950
Norte	12.900.704	15.864.454
Sudeste	72.412.411	80.364.410
Sul	25.107.616	27.386.891
Brasil	169.799.170	190.755.799

Fonte: IBGE (2010).

A análise censitária relaciona a população residente da área rural com a da área urbana. A Tabela 5.2 apresenta a oscilação entre as populações rural e urbana para o período de 2000 a 2010.

Tabela 5.2 - Análise Censitária no Brasil e Regiões – 2000 e 2010

Local	2000/2010	
	População Urbana	População Rural
Centro-Oeste	2,03%	23,68%
Nordeste	-3,42%	17,73%
Norte	8,07%	29,40%
Sudeste	-17,41%	13,95%
Sul	-13,78%	14,46%
Brasil	-6,33%	16,65%

Fonte: IBGE (2010)

Estes dados mostram que houve aumento considerável do número de pessoas residentes na Região Norte, de 8,07% para a zona rural e de 29,40% para a zona urbana. Este aumento pode ser evidenciado pelo processo aparente de migração sofrido pela Região Sul e Sudeste. Houve, nessas duas regiões, os menores índices de aumento para residentes das áreas urbanas e as maiores reduções de residentes das áreas rurais.

A taxa de mortalidade infantil, segundo o Banco Mundial (2012), compreende o número de crianças que acabam por falecer antes de completar um ano de idade, a cada mil nascidos vivos em um dado período, geralmente um ano.

Tabela 5.3 - Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil e Regiões - 2000 a 2008

Local	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Centro-Oeste	20,9	20,7	19,3	18,7	18,5	17,7	17,1	16,5	17
Nordeste	41,6	39,3	36,9	34,8	32,7	31,2	29,8	28,7	21,7
Norte	28,6	27,7	26,6	25,6	24,5	23,6	22,8	22,1	23,1
Sudeste	19,2	18,3	17,3	17	16,3	15,4	15	14,6	14,2
Sul	17	16,4	16,1	15,8	15	13,8	13,3	12,9	12,7
Brasil	27,4	26,3	24,9	23,9	22,6	21,4	20,7	20	17,6

Fonte: IBGE (2008)

Houve redução significativa da taxa de mortalidade na região Nordeste, alcançando 47% de redução, enquanto a média Nacional apresentou redução de 35%.

5.2. TAXA DE ANALFABETISMO ACIMA DE 10 ANOS, ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA E ANOS DE ESTUDO.

A taxa de analfabetismo² do Brasil e regiões está apresentada na Tabela 5.4, em que se percebe redução em todas as regiões do nível de analfabetos, sendo que a Região Nordeste apresentou o pior índice, seguida da Região Norte, enquanto as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram os melhores resultados.

Tabela 5.4 - Taxa de Analfabetismo acima de 10 anos no Brasil e Regiões – 2000 e 2010

Local	2000	2010
	Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais (%)	Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais (%)
Centro-Oeste	9,21	6,64
Nordeste	23,04	17,65
Norte	14,8	10,6
Sudeste	7,03	5,11
Sul	6,54	4,74
Brasil	12,05	9,02

Fonte: IBGE (2010).

A Tabela 5.5 apresenta as taxas de analfabetismo por faixa etária entre 2000 e 2010. Nela pode-se notar que os maiores índices de analfabetismo se encontram nas pessoas acima de 20 anos de idade, tanto para 2000, quanto para 2010. Os piores índices estão na Região Nordeste e Norte, que, entre todas as regiões, são as únicas com os índices acima da média nacional.

² Analfabetismo é a ausência total de instrução.

Tabela 5.5 - Taxa de Analfabetização por faixa Etária no Brasil e Regiões – 2000 e 2010

Local	2000			2010		
	Taxa de Analfabetismo - População de 10 a 14 anos (%)	Taxa de Analfabetismo - População de 15 a 19 anos (%)	Taxa de Analfabetismo - População de 20 anos ou mais (%)	Taxa de Analfabetismo - População de 10 a 14 anos (%)	Taxa de Analfabetismo - População de 15 a 19 anos (%)	Taxa de Analfabetismo - População de 20 anos ou mais (%)
Centro-Oeste	2,06	1,84	11,75	1,89	1,1	8,02
Nordeste	12,5	9,18	28,18	7,13	4,1	21,34
Norte	10,1	6,05	17,95	6,97	3,3	12,59
Sudeste	1,78	1,5	8,66	1,83	1,12	5,96
Sul	1,24	1,26	8,16	1,33	0,91	5,62
Brasil	5,91	4,26	14,47	3,91	2,2	10,61

Fonte: IBGE, 2010

Outra variável importante para explicar a educação é anos de estudo, que mostra a quantidade média que os indivíduos dedicaram às atividades intelectuais dentro e fora da sala de aula (Tabela 5.6).

Tabela 5.6 – Anos de Estudos por Indivíduos no Brasil e Regiões – 2001 a 2009

Local	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	μ*	μ*	μ*	μ*	μ*	μ*	μ*	μ*	μ*
Centro-Oeste	5,35	5,59	5,67	5,82	5,87	6,08	6,11	6,34	6,42
Nordeste	4	4,11	4,24	4,38	4,51	4,65	4,81	5,03	5,09
Norte	5,47	5,6	5,71	5,28	5,56	5,74	5,78	5,95	6,05
Sudeste	5,77	5,91	6	6,13	6,23	6,41	6,59	6,66	6,73
Sul	5,64	5,84	5,98	6,06	6,18	6,31	6,35	6,52	6,63
Brasil	5,23	5,38	5,49	5,58	5,7	5,86	5,99	6,12	6,19

* Média de anos de estudo de pessoas de referência dos municípios de 10 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE (2009).

Com estes valores, a Região Nordeste foi a que apresentou melhores índices de aumento, de 27% entre os anos de 2009 e 2001, seguida da Região Centro-Oeste, com aumento de 20% no mesmo período. A média nacional apresentou aumento de 18,36% no tempo de estudo da população.

5.3. INFRAESTRUTURA DOMICILIAR

A infraestrutura domiciliar engloba o acesso à água tratada, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo. A Tabela 5.7 apresenta, em valores percentuais, o número de residências que possuem acesso a tais serviços públicos em 2000 e 2010.

Tabela 5.7 - Água Tratada, Esgoto Sanitário e Coleta de Lixo no Brasil e Regiões – 2000 e 2010.

Local	2000			2010		
	abastecimento de água (%)	esgotamento sanitário (%)	coleta de lixo (%)	abastecimento de água (%)	esgotamento sanitário (%)	coleta de lixo (%)
Centro-Oeste	73,34	41,28	81,71	81,76	51,53	89,67
Nordeste	66,73	38,59	60,59	76,61	45,21	74,97
Norte	48,24	36,32	57,72	54,48	32,82	74,26
Sudeste	88,4	82,78	90,32	90,28	86,51	94,97
Sul	80,11	64,24	83,55	85,48	71,46	91,62
Brasil	77,97	62,71	79,01	82,85	67,06	87,41

Fonte: IBGE (2010).

Nota-se que o acesso à água tratada, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo obteve menores índices nas Regiões Norte e Nordeste, tendo, inclusive, o esgotamento sanitário se reduzido entre os anos de 2000 e 2010, passando de 36,32% para 32,82% de domicílios com acesso àquele serviço público. Os melhores percentuais estão localizados nas Regiões Sudeste e Sul.

5.4. ANÁLISE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para a análise de desenvolvimento econômico, foram considerados os indicadores Renda Domiciliar *per capita*³, Índice de Gini⁴ e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵. O IDH é “a contrapartida do desenvolvimento para

³ Renda Domiciliar per capita refere-se ao total da renda de um domicílio dividido pelo número total de residentes.

⁴ Índice ou Coeficiente de GINI é um índice de “Medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria”.

⁵ O IDH varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano). As três variáveis analisadas são saúde, educação e renda. O IDH está dividido em quatro categorias: 1) Os 25% com maior IDH são os de desenvolvimento humano muito alto; 2) o quartil seguinte representa os de alto desenvolvimento (do qual o Brasil faz parte); o terceiro grupo é o de médio desenvolvimento; e 4) os 25% piores, os de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2011).

além do PIB”. Com o IDH, a ONU analisa não apenas o crescimento econômico, mas a qualidade de vida que os países apresentam.

A Tabela 5.8 apresenta os valores da renda domiciliar per capita, podendo-se perceber aumento de 106% da renda domiciliar per capita Nacional, sendo que a Região Nordeste apresentou aumento de 131% , o melhor desempenho de todas as regiões

Tabela 5.8 - Renda Domiciliar per capita do Brasil e Regiões – 2000 e 2010

Local	2000	2010
	Rendimento Domiciliar Per Capita (R\$ - valores nominais)	Rendimento Domiciliar Per Capita (R\$ - valores nominais)
Centro-Oeste	357	784
Nordeste	167	386
Norte	196	417
Sudeste	403	785
Sul	351	779
Brasil	312	643

Fonte: IBGE (2010).

Mas para ter uma noção mais realista é necessário analisar o índice ou coeficiente de Gini, se esse índice se aproximar de 1, ele reflete o aumento total da concentração, que pode ser de distribuição de renda, da propriedade da terra e do valor da produção industrial. Os valores do coeficiente de Gini variam, portanto, entre 1 e zero. Quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero. A Tabela 5.9 apresenta o Índice de Gini para o Brasil e suas Regiões, entre 2000 e 2010.

Tabela 5.9 - Índice de Gini para o Brasil e Regiões – 2000 e 2010

Local	2000	2010
	Índice de Gini	Índice de Gini
Centro-Oeste	0,62	0,55
Nordeste	0,61	0,56
Norte	0,6	0,54
Sudeste	0,58	0,52
Sul	0,56	0,48
Brasil	0,6	0,54

Fonte: IBGE (2010).

Deste modo, pode-se constatar que em todas as Regiões do país o Gini diminuiu, e a maior redução foi verificada na Região Sul com uma queda de 14% na concentração de renda. No Nordeste, essa redução foi menor, de apenas 8,2%. Esse índice, analisado para o Brasil, apresentou uma redução de 10%. Essa melhora da distribuição de renda no país pode estar correlacionada com as políticas públicas implementadas pelo Governo no início da década de 2000, como o Bolsa Família, bem como com o desempenho das atividades econômicas.

Essa análise é complementada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado na Tabela 5.10.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 mostra que o Brasil faz parte do seleto grupo de apenas 36 dos 187 países que subiram no ranking entre 2010 e 2011, seguindo os dados recalculados para a nova base deste ano. No caso brasileiro, esta evolução do IDH do ano passado para este ano contou com um impulso maior da dimensão saúde, medida pela expectativa de vida, que foi responsável por 40% da alta. As outras duas dimensões que compõem o IDH, educação e renda, responderam, cada uma, por cerca de 30% desta evolução (PNUD, 2011).

Tabela 5.10 – Índice de Desenvolvimento Humano para o Brasil 2000 - 2011

Ano	Expectativa de vida no nascimento	Expectativa de anos escolaridade	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (PPP\$2005)	IDH
2000	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
2005	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
2010	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715
2011	73,5	13,8	7,2	10.162	0,718

Fonte: PNUD, 2011 – Relatório de Desenvolvimento Humano.

A Tabela 5.10 apresenta os dados do IDH do período de 2000 a 2011. Em 2000, o país apresentava um IDH de 0,665, que, após uma década, avançou para 0,718. A Tabela 5.10 ainda apresenta a expectativa de vida ao nascer, que passou de 70,1 para 73,5 anos. A média de escolaridade era de 5,6 anos em 2000, passando para 7,2 anos em 2011. A renda nacional bruta per capita evidenciou aumento de 32% no período em análise. Entre 2000 a 2011, o Brasil avançou

0,69%, a América Latina, 066%, e os países de alto desenvolvimento, 0,70%. (PNUD, 2011).

Pode-se inferir que o País está avançando nos indicadores sociais e econômicos, revertendo-se esse avanço em qualidade de vida e bem-estar social.

A seguir será feita a análise dos indicadores das pessoas inscritas no cadastro Único do Governo Federal.

5.5. ANÁLISE DOS INDICADORES DAS PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL

A Tabela 5.11 apresenta a quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único. Neste contexto, houve aumento de 53% dos cadastrados em todo país e de 74% nos cadastrados na Região Norte.

Tabela 5.11 Números de Famílias Inscritas no Cadastro Único do Brasil

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Local	Nº de Família inscritas	Nº de Família inscritas	Nº de Família inscritas	Nº de Família inscritas	Nº de Família inscritas	Nº de Família inscritas	Nº de Família inscritas
Centro-Oeste	889.679	986.288	1.078.946	1.162.432	1.287.621	1.416.850	1.522.194
Nordeste	7.032.302	7.776.477	8.368.411	8.810.082	9.443.049	9.927.164	10.229.421
Norte	1.284.118	1.517.243	1.703.276	1.814.634	2.019.354	2.158.977	2.234.033
Sudeste	4.130.705	4.627.059	5.096.306	5.385.832	5.913.274	6.436.310	6.776.929
Sul	1.789.094	1.912.909	2.037.359	2.115.579	2.150.147	2.326.117	2.436.936
Brasil	15.125.898	16.819.976	18.284.298	19.288.559	20.813.445	22.265.418	23.199.513

Fonte: MDS (2012).

A maior parte dos indivíduos cadastrados são mulheres, Tabela 5.12, que representam aproximadamente 55% dos cadastrados.

Tabela 5.12 - Distribuição por Gênero dos Beneficiários - 2012

Local	Homens	Mulheres
Centro-Oeste	2.196.412	2.733.226
Nordeste	15.174.098	18.146.877
Norte	3.744.939	4.394.462
Sudeste	10.067.544	12.667.989
Sul	3.615.965	4.327.945
Brasil	34.798.958	42.270.499

Fonte: MDS (2012).

A Tabela 5.13 apresenta as quantidade de alunos matriculados e a quantidade de alunos de 6 a 17 anos acompanhados pelos programas na educação. Constata-se que houve aumento de 5% no número de acompanhamentos do programa de educação entre 2009 e 2012. Em 2009, o percentual de acompanhamento escolar era de 85% para o Brasil e em 2012 esse percentual aumentou para 90%. Pode-se deduzir que o Governo vem mantendo os investimentos para redução da pobreza extrema no país.

Tabela 5.13 – Acompanhamento Escolar do Cadastro Único – 2009 e 2012

Local	2009			2012		
	Total de crianças e adolescentes	Total de crianças e adolescentes	Percentual de acompanhados	Total de crianças e adolescentes	Total de crianças e adolescentes acompanhados	Percentual de acompanhados
Centro-Oeste	851.891	683.787	80%	935.738	793.098	88%
Nordeste	7.773.822	6.609.019	85%	7.575.634	6.706.654	85%
Norte	2.015.648	1.686.611	84%	2.182.545	1.932.241	89%
Sudeste	4.289.342	3.660.316	85%	4.286.317	3.731.632	89%
Sul	1.411.867	1.201.403	85%	1.310.149	1.184.935	87%
Brasil	16.342.570	13.841.136	85%	16.290.383	14.348.560	90%

Fonte: MDS (2012).

A Tabela 5.14 apresenta o acompanhamento da saúde no mesmo modelo do acompanhamento escolar, porém vê-se que tal acompanhamento é inferior àquele, com índices que não superam 76% das famílias que têm este acompanhamento.

Tabela 5.14 - Acompanhamento da Saúde do Cadastro Único – 2009 e 2012

Local	jun/09			jun/12		
	Nº de Famílias	Nº famílias acompanhadas	Percentual de famílias acompanhadas	Nº de Famílias	Nº famílias acompanhadas	Percentual de famílias acompanhadas
Centro-Oeste	493.687	276.789	56%	559.913	367.142	66%
Nordeste	4.803.666	3.353.994	70%	5.203.081	3.958.799	76%
Norte	992.971	614.997	62%	1.189.185	888.273	75%
Sudeste	2.565.830	1.361.169	53%	2.585.006	1.737.501	67%
Sul	834.405	505.471	61%	785.376	562.303	72%
Brasil	9.690.559	6.112.420	63%	10.322.561	7.514.018	73%

Fonte: MDS (2012).

Conforme a Tabela 5.14 evidencia, houve aumento das famílias acompanhadas pelo Programa de Saúde no Brasil e em todas as regiões. Em 2009, o país apresentava um percentual de 63%, que, em 2012, chegou a 73% das famílias cadastradas no Programa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar os indicadores socioeconômicos e o programa do governo do cadastro único no Brasil e regiões, percebe-se que o desenvolvimento econômico traz ideia de que há necessidade do crescimento do PIB concomitante com o aumento da qualidade de vida da população, pelo acesso à educação, saúde, infraestrutura domiciliar e outros.

Pode-se constatar aumento de aproximadamente 20 milhões de brasileiros entre 2000 e 2010 e uma redução em 6% de pessoas residentes nas áreas rurais, ou seja, a população brasileira está concentrada nas áreas urbanas.

As Regiões Norte e Nordeste apresentam os piores índices de analfabetismo de sua população, 10% e 17%, respectivamente, enquanto Sul e Sudeste com 4% e 5%. A maior parte destes analfabetos está entre a população acima de 20 anos de idade. Mas apesar de apresentar índices tão altos de analfabetismo, a Região Nordeste apresentou o maior aumento do tempo dedicado à educação, aproximadamente 27% em anos absolutos de estudos.

Em relação à infraestrutura domiciliar, chamam atenção os indicadores da Região Norte, que apresenta os menores índices em relação ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. O que é deverás interessante é a queda no índice de domicílios com acesso ao esgotamento sanitário, que passou de 36,32% em 2000 para 32,83% em 2010. Para um país em desenvolvimento, isto não deveria ocorrer.

A renda domiciliar per capita apresentou aumentos significativos, 106% de 2000 a 2010, e o Índice de Gini diminuiu de 0,6 para 0,54 na desconcentração de renda no país.

O Cadastro Único, utilizado para beneficiar os indivíduos em todos os programas sociais do governo, teve um aumento de famílias cadastradas na faixa de 20% durante o período de 2009 a 2012. E no último ano, cerca de 55% dos cadastrados eram mulheres. Houve aumento no acompanhamento escolar de 5% em comparação com o mesmo período, e o acompanhamento das famílias em relação à saúde atingiu o percentual de apenas 73% do total que deveria ser acompanhado.

Respondendo ao questionamento deste ensaio quanto ao crescimento e desenvolvimento do país, a conclusão a que se chega é de que o Brasil melhorou a renda per capita, isso indica crescimento, vem ampliando o acesso ao tratamento de água e esgoto, reduzindo a taxa de mortalidade e de analfabetismo, tem apresentado melhorias no IDH e redução do Índice de Gini, portanto, pode-se dizer que está havendo desenvolvimento da qualidade de vida dos brasileiros.

Quanto ao outro questionamento sobre o acesso à universalização dos programas de combate à pobreza, o Brasil tem conseguido responder melhor ao acesso à educação *vis-à-vis* à saúde. O objetivo do Governo é acabar com a extrema miséria até 2015, pois um *país rico é um país sem miséria*.

Este ensaio não esgota o assunto aqui tratado, como indicação para futuros trabalhos, seria interessante fazer uma análise dos indicadores socioeconômicos do Brasil comparando-os com alguns países da América Latina.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL, (2012): Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Institucional**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao>>; Acesso em 10/09/2012 às 10:35.

_____, (2012): Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Cadastro único**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>; Acesso em 10/09/2012 às 11:35.

_____, (2012): Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Bolsa Família**. Disponível em <[2012http://www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)>; Acesso em 10/09/2012 às 10:35.

_____, (2012): Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Brasil Sem miséria**. Disponível em <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>; Acesso em 10/09/2012 às 14:25.

BRASIL, (2011): Planalto Central; **Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011**; Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm> Acesso em 10/09/2012 às 16:30.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007): **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**; Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22>>. Acesso em 10/09/2012 às 17:10.

CARVALHO, S. N. (2003): **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, v. 17, p. 185-197.

DALLABRIDA, J. R. R.; MORAES, J. C. R.; VELOSO, R. S. (2012): **Estado, Corporação e Poder: Poder público nas mãos do Poder privado**. In: Semana de Economia Política UFC-UECE, Fortaleza. Anais Semana de Economia Política UFC-UECE.

IBGE.(2010): **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php>. Acesso em 12/09/2012 às 11:35.

_____. (2009): **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009**. Brasil: IBGE, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em 15/09/2012 às 10:15.

LAVINAS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. S. (1996): **Desigualdades Regionais: Indicadores Sócio-Econômicos nos Anos 90**. Revista Econômica do Nordeste, v. 27, n.4, p. 857-92.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. (2011): **Programas Sociais: Efetividade, Eficiência e Eficácia como Dimensões Operacionais da Avaliação** (Texto para Discussão no IPEA).

OLIVEIRA, G. B. (2002): **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v. 1, p. 37-48.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2011): **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**. Disponível em <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>>. Acesso em 13/01/2011 às 9:35.

RIZZI, J. V. ; SANTOS, L. J. V.; DALLABRIDA, J. R. R.; VELOSO, R. S.(2012): **Subimperialismo: discussões de uma economia periférica**. In: Semana de Economia Política UFC-UECE, Fortaleza. Anais.

SANTOS, P. F.; OLIVEIRA, N. M; PAIXÃO, A. N. (2012): **Análise do Nível de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Tocantins**. In: XVII Encontro Nacional do Programa de Educação Tutorial – ENAPET, São Luís. Anais.

SEN, A. (2000): **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, N. J. (2005): **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas S/A. v. 1. 350p.

World Bank. (2012): **Data**. Disponível em < <http://data.worldbank.org/indicator>>; Acesso em 10/01/2013 às 8:30.